

# Carta à Parte Ré – Solicitação de Cumprimento do Regime de Visitas

**Processo n.º 1234/2026** – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos  
**Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa**

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

---

## Destinatário:

**Sr. José António Pereira**

Rua da Boavista, n.º 45, 3.º Esq.

1200-123 Lisboa

**Assunto: Cumprimento Imediato do Regime de Visitas** estabelecido no despacho de 12 de janeiro de 2025 (processo n.º 1234/2026).

---

## 1. Contexto Factual

1.1. O presente procedimento visa a **modificação da regulação das responsabilidades parentais** da menor **Ana Sofia Pereira**, nascida a 3 de março de 2018, tendo em conta a mudança unilateral de residência do pai para a cidade de Porto, a reiterada violação do regime de visitas e a constatação de **instabilidade emocional** da criança.

1.2. No despacho de **12 de janeiro de 2025**, o Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores de Lisboa fixou o seguinte regime de visitas:

Dia	Hora	Duração	Local	Observação
Sábados	10h00 – 16h00	6 horas	Residência da mãe – Rua da Estrela, n.º 22, 1150-210 Lisboa	Visita livre, sem supervisão
Domingos (alternados)	10h00 – 14h00	4 horas	Residência da mãe	Visita livre

1.3. O réu tem, desde a data supracitada, **incumprido reiteradamente** o referido regime, ausentando-se em múltiplas ocasiões sem justificativa e, quando compareceu, não tem observado o horário acordado, causando perturbação à rotina da menor.

## 2. Fundamentação Jurídica

2.1. Nos termos do **artigo 1875.º do Código Civil** e do **artigo 158.º do Código de Processo Civil**, a autoridade judicial pode determinar medidas coercitivas contra a parte que descumprir decisão judicial.

2.2. O **interesse superior da criança**, princípio basilar do Direito da Família, impõe a observância rigorosa do regime de visitas, que visa garantir a manutenção de laços afetivos equilibrados e a estabilidade emocional da menor (artigo 3.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificado por Portugal).

2.3. A jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa (Acórdão 2023/0456) reconhece que o **não cumprimento do regime de visitas** autoriza a imposição de **penalidades pecuniárias** e, em casos de recalamento, a **suspensão ou restrição das visitas**.

## 3. Pedido

Em face do exposto, **exortamos o Sr. José António Pereira a:**

- **Cumprir integralmente** o regime de visitas fixado, observando rigorosamente os dias, horários e locais estabelecidos;
- **Comunicar, por escrito**, ao advogado da parte autora (Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia Martins, OA 12345) qualquer impossibilidade justificada, com antecedência mínima de 48 horas;
- **Abster-se de interferir** na rotina da menor ou de praticar atos que possam comprometer o seu bem-estar emocional.

#### 4. Prazo e Consequências

Concedemos um prazo **de 7 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de receção desta carta, para que o réu regularize a situação e apresente, em anexo, o calendário de visitas cumprido no período de 1 de janeiro a 14 de fevereiro de 2026.

Decorrido o prazo sem a devida regularização, **serão adotadas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis**, as seguintes providências:

- **Aplicação de coima coercitiva** no valor de € 500,00 (quinhentos euros) por cada dia de incumprimento, nos termos do artigo 158.º, n.º 1, CPC;
- **Requerimento de tutela de urgência** para a **suspensão das visitas não supervisionadas** e a imposição de visitas **supervisionadas** por entidade designada pelo tribunal;
- **Comunicação ao Ministério Público** para avaliação de eventual violação do dever de cuidado parental.

#### 5. Conclusão

A presente missiva tem por objetivo evitar a necessidade de medidas judiciais mais gravosas, preservando, acima de tudo, o bem-estar da menor Ana Sofia Pereira. Contamos na sua colaboração responsável e no cumprimento imediato das obrigações legais.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

---

#### Dr. Ana Sofia Martins

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 12345

Escritório: Rua das Flores, n.º 12, 3.º Esq., 1150-230 Lisboa

#### Dr. Luís Fernando Carvalho

Advogado – Ordem dos Advogados n.º 67890

Escritório: Avenida da Liberdade, n.º 150, 5.º, 1250-146 Lisboa

*Documento enviado por correio registado com aviso de receção e por correio eletrónico certificado.*